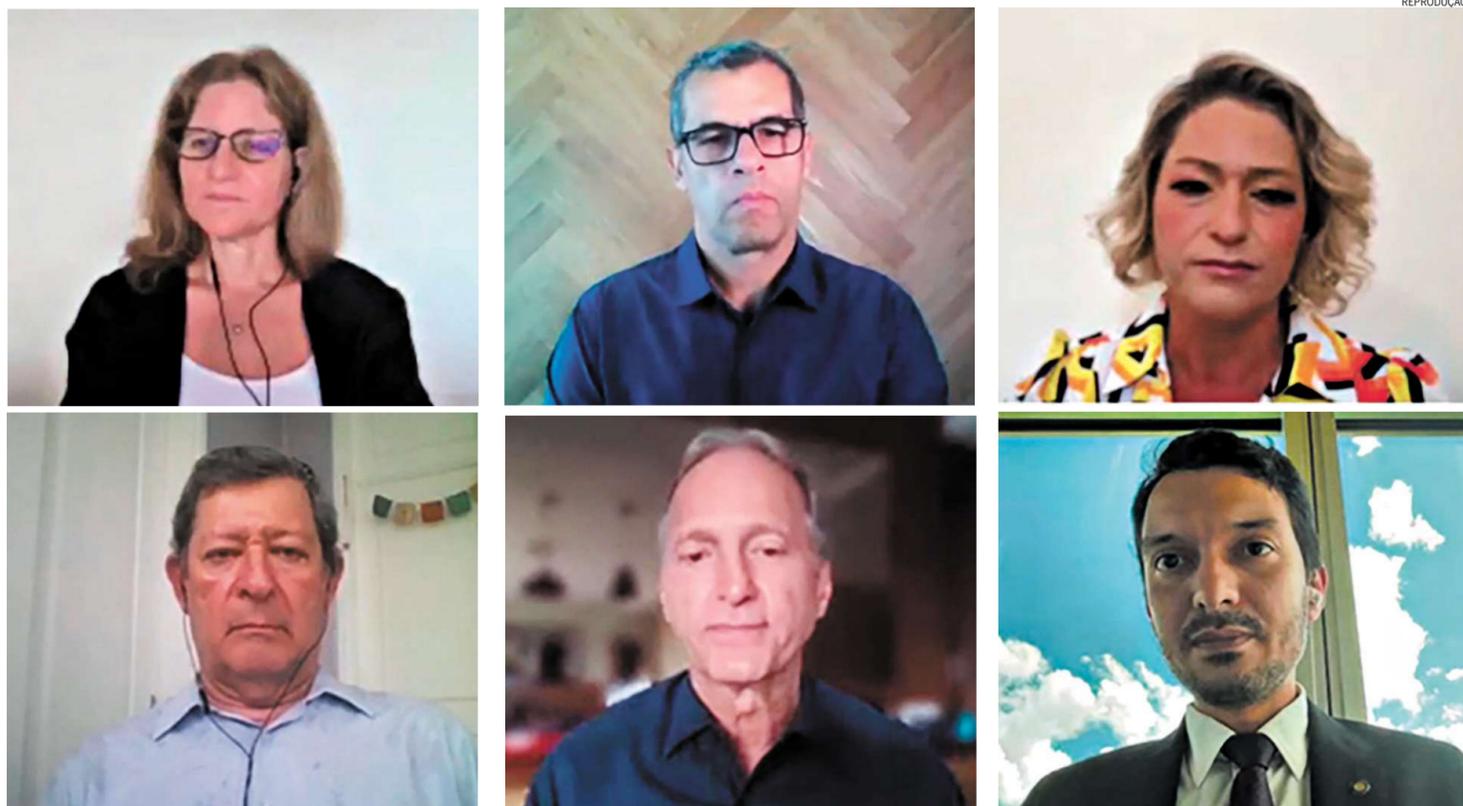


CAMINHOS DO BRASIL



Cenário. Mariana Barbosa, do GLOBO, e Marcos de Moura e Souza, do Valor, mediaram a live com Cristiane Foja, da Abrabe (no alto); Vismona, do Etco; Kapaz, do Combustível Legal, e Corréa, do CNCP

O PREJUÍZO DA ILEGALIDADE MERCADO ILÍCITO AFETA ECONOMIA E EMPREGOS

Pirataria, contrabando, sonegação e fraude fiscal. Estas são algumas das ações ilegais que levaram o país a amargar um prejuízo de R\$ 453,5 bilhões em 2022, segundo levantamento “Brasil ilegal em números”, produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações da indústria do Rio (Firjan) e de São Paulo (Fiesp). Para especialistas, as estratégias para frear o avanço do mercado ilícito no país vão desde a redução de tributos para desincentivar o comércio ilegal — que ganha o consumidor pelo preço mais baixo — até a criação de uma política integrada para coibir de forma mais célere a ilegalidade.

Essas foram as sugestões trazidas por especialistas no painel “Os prejuízos do mercado ilícito na economia no país”, em mais uma edição de Caminhos do Brasil, iniciativa dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e da Rádio CBN, com o patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do

Sesc, do Senac e de suas federações. No evento, realizado de forma on-line, participantes de diferentes setores deram a dimensão do peso da ilegalidade e teceram propostas para atenuar os danos.

Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), disse que a falsificação e a pirataria geram perdas de bilhões de reais para as empresas e para os estados, além de prejuízo ao consumidor: —Ele também perde, uma vez que os produtos não seguem as normas técnicas.

EFEITO PARA O CONSUMIDOR

Para Vismona, o aumento seletivo de impostos — como proposto pela reforma tributária para frear o consumo de produtos que causam danos à saúde ou ao meio ambiente — pode fazer com que os brasileiros escolham itens ilegais em função do preço. Afinal, um produto com tributação maior tende a ser mais caro. Cristiane Foja, presidente

O TAMANHO DO IMPACTO



Dicas para não comprar itens falsificados

> De olho no preço
Em caso de descontos fora da prática de mercado, desconfie. Se continuar em dúvida, veja os preços em outros estabelecimentos.

> Reputação da loja
Conheça o canal pelo qual vai comprar um produto, incluindo o histórico de vendas da loja e de reclamações porventura existentes.

> Padrões de qualidade
Verifique na embalagem se o produto segue as

normas técnicas aplicáveis. Se possível, peça os certificados de conformidade que garantem a qualidade e segurança.

> Peça documentos da compra
Sempre exija nota fiscal, independente-

mente do valor da compra.

> Cuidado com golpes digitais
Vai comprar on-line? Veja se a página é segura e se possui o símbolo de cadeado ao lado do endereço eletrônico.

executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), afirma que no setor de bebidas alcoólicas, que tem a falsificação e o contrabando como desafios históricos, o peso da tributação acaba estimulando ainda mais o mercado ilícito.

— É automático: quando você aumenta a carga tributária de bebidas alcoólicas, você acaba empurrando o consumidor para a ilegalidade. E é difícil de identificar bebidas ilegais — disse ela, que defende a inclusão da situação econômica do brasileiro no debate sobre tributação.

Já no setor de combustíveis, a sonegação soma R\$ 14 bilhões por ano, enquanto a adulteração e as fraudes respondem por mais R\$ 15 bilhões, segundo Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

Um relatório da CNI aponta que a perda em impostos diretos soma R\$ 136 bilhões. São tributos que deixaram de ser arrecadados pelo governo em diferentes esferas. Entre 16 setores econômicos, a perda chega a R\$ 297 bilhões. Há um impacto ainda na geração de vagas formais, diz o estudo. Levando em conta setores mais afetados pelo mercado paralelo, o Brasil deixou de gerar quase 370 mil empregos com carteira assinada em 2022.

Secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), Andrey Corrêa contou que o órgão tem buscado coibir o mercado ilegal por meio de intercâmbio de informações com outros países que fazem fronteira com o Brasil, com produção de inteligência e aproximação de atores públicos e privados.

CRIMINALIDADE

Corrêa avaliou, porém, que é preciso ampliar as ações de conscientização à população. Para ele, falta enfatizar o efeito em cadeia por trás do mercado ilegal e os riscos ao consumidor.

—O alto lucro das atividades de contrabando e pirataria financia outras práticas criminosas, como tráfico de drogas e de pessoas. Precisamos passar a mensagem clara de que, ao comprá-lo, você está gerando um mal para a sociedade e financiando uma cadeia criminosa — disse ele, ao citar a presença de substâncias tóxicas em produtos irregulares para consumo humano.

Para Cristiane Foja, da Abrabe, faltam políticas públicas mais amplas de combate ao mercado ilegal: —Essa atuação precisa ser sistêmica e não tópica.

ACORDO HISTÓRICO PARA COIBIR BIOPIRATARIA

Tratado obriga indústria a declarar recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

Após 25 anos de negociação, a aprovação histórica do acordo sobre propriedade intelectual marca um novo capítulo no combate à biopirataria no mundo. O tratado, assinado por mais de 190 países na Organização das Nações Unidas (ONU) no último dia 24, torna obrigatório que toda

e qualquer indústria declare a origem de recursos envolvidos no trabalho para registro de uma patente.

Nesse sentido, o tratado coíbe a exploração de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais dos povos indígenas de forma ilegal, por exemplo. Para Andrey Corrêa, se-

cretário executivo do Conselho de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), a assinatura do acordo dá início a uma nova fase na comercialização de recursos naturais e deve ajudar a evitar fraudes.

— Isso garantirá, não só ao Brasil, mas a todos os países,

terem salvaguardado o direito reconhecido de que aquela inovação ou produto veio de determinado lugar. Ao mesmo tempo, garante um grau de estabilização desse tema no cenário internacional que a gente não tinha — explicou ele, que participou da live direto de Genebra, na Suíça, on-

de estavam reunidos os países membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

O Brasil participou ativamente da discussão, já que a conferência diplomática que chegou ao acordo foi presidida pelo país, contou Corrêa: — Estamos felizes com esse tratado. Conseguimos comportar tanto interesses dos países mais desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento.

A transparência exigida pelo tratado deve reforçar a implementação do Protocolo de Nagoya, que prevê que as pessoas que fornecem recursos genéticos e conhecimentos tradicio-

nais usufruam de benefícios, não necessariamente monetários, por sua utilização.

Segundo a ONU, os recursos genéticos são cada vez mais utilizados em invenções e pesquisas, como as relacionadas a sementes e medicamentos, que permitiram avanços na saúde, no clima ou na segurança alimentar.

Mais de 30 países já exigem a divulgação destas informações, em sua maioria nações em desenvolvimento, como China, Brasil, Índia ou África do Sul, mas também europeus como França e Suíça. As regras, porém, variam e nem sempre são obrigatórias.

NOVA LEI PODE FREAR SONEGAÇÃO

Setores que sofrem perdas resultantes de comércio irregular cobram aprovação de projetos em tramitação no Congresso. Textos propõem punir devedores contumazes, indivíduos e empresas que deixam de pagar impostos de forma intencional

O combate à sonegação fiscal está no centro das discussões da Reforma Tributária, cujo projeto de regulamentação foi entregue ao Congresso no fim de abril. Isso porque os cofres públicos deixaram de arrecadar cerca de R\$ 136 bilhões somente em 2022, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), resultado de impostos que não foram pagos. O valor equivale a 30% das movimentações ilegais realizadas naquele ano, que somaram R\$ 453,5 bilhões — o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina.

A fim de coibir essa prática, há um projeto de lei (PL 15/2024) em tramitação na Câmara que propõe a criação de programas de conformidade tributária e aduaneira, sob o guarda-chuva da Receita Federal, e de uma regulamentação sobre devedores contumazes — indivíduos e empresas que se tornam inadimplentes de forma intencional e reiterada, provocando graves prejuízos para os cofres públi-

cos. A pauta aguarda o parecer do relator Danilo Forte (União/CE) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). Também tramita no Senado o PL 164/2022, que prevê normas gerais para identificar e controlar essas práticas ilícitas.

— A demora do Congresso em aprovar as medidas mostra a força de quem não quer pagar impostos no Brasil — afirmou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), durante a live “Os prejuízos do mercado ilícito na economia do país”.

CRIME SOFISTICADO

Segundo o especialista, existe uma sofisticação do crime organizado no Brasil, uma vez que organizações ditas empresariais se estruturaram para não pagar impostos. Elas declaram, disse ele, mas não pagam a tributação.

— Isso é possível porque usam o direito administrativo para adiar o pagamento, principalmente em setores de combustíveis e cigarros.

Só esses dois segmentos respondem por R\$ 100 bilhões em dívida ativa — contou.

Para José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, a aprovação desse projeto de lei seria exemplo de medida a ser adotada para frear ilícitos, frisando que se deve considerar que mecanismos



“A demora do Congresso em aprovar as medidas mostra a força de quem não quer pagar impostos no Brasil”

Edson Vismona, presidente executivo do Etco

“Se não houver coordenação, o crime organizado vai continuar crescendo com força”

Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal

legais e eficazes precisam ser adotados e atualizados.

— O devedor contumaz é aquela empresa que sobrevive do não pagamento de impostos, que foi aberta em nome de laranjas e busca sobreviver da sonegação de tributos, o que causa um grave dano à concorrência leal e à economia.

Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, também concorda que o projeto de lei precisa ser aprovado com urgência. De acordo com o especialista, distribuidoras de combustíveis ligadas ao crime organizado costumam ter *offshores* (empresas abertas no exterior, comumente em paraísos fiscais) e, quando têm descoberto um CNPJ irregular, rapidamente abrem outra empresa.

— Para a pauta funcionar, é necessário haver integração entre iniciativa privada, Ministério da Justiça, Agência Nacional de Petróleo (ANP), governos e receitas estaduais. Se não houver coordenação, o crime organizado vai continuar crescendo com força — afirmou ele, acrescentando que a sonegação,

adulteração e fraudes no setor de combustíveis resultam em perda de quase R\$ 30 bilhões por ano.

A sonegação impacta não apenas o erário, destaca ele, mas também a concorrência. Isso acontece porque quem deixa de pagar imposto pode cobrar mais barato pelos produtos, tirando a competitividade de quem cumpre as regras fiscais do país, explica Kapaz.

— O consumidor também perde, uma vez que os produtos não seguem normas técnicas. Temos dois grandes desafios: combater a oferta desses produtos ilegais e tentar impedir que a reforma tributária aumente os impostos do mercado legalizado — diz Vismona.

EFEITO DO PREÇO

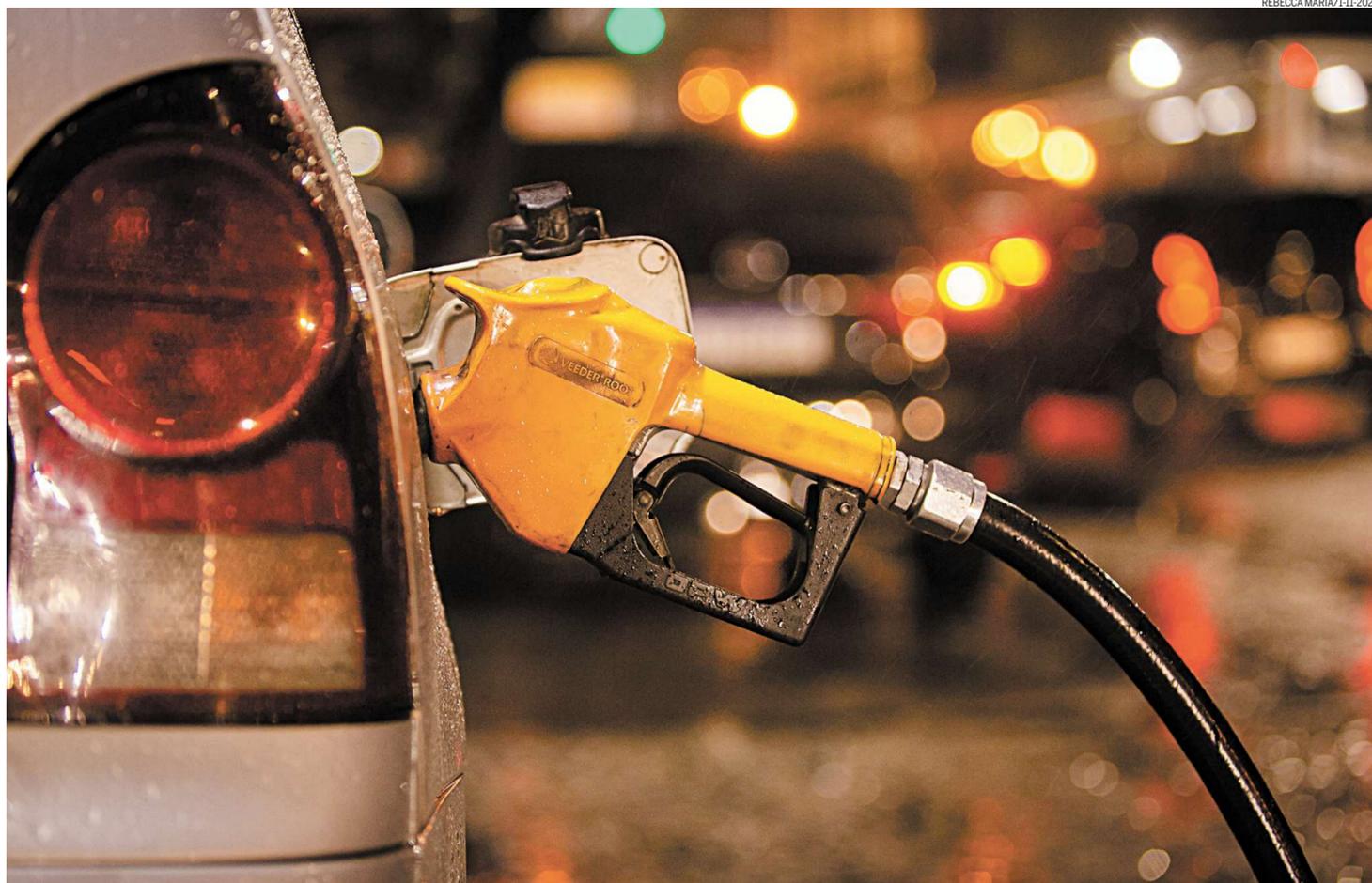
O especialista destaca que a adoção do Imposto Seletivo, como está previsto pela Reforma Tributária, tem como intuito desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com aplicação, por exemplo, sobre cigarros e

bebidas alcoólicas. O efeito, porém, disse ele, pode ser o inverso, de estímulo ao consumo desses produtos ilegais, pelo menor preço.

Um levantamento do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) realizado em dezembro de 2023 aponta que 98,3% dos entrevistados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro estão cientes de que pirataria é crime no Brasil. No entanto, 54,8% afirmaram já ter comprado algum produto pirata na vida e, desses, 58,3% se arrependeram da compra. Mesmo assim, 61,3% voltariam a comprar produto pirata.

Estima-se que, no Rio de Janeiro, a movimentação financeira com compras de mercadorias ilegais seja de R\$ 238,34 milhões por ano.

Quando perguntados sobre o principal motivo para comprar um produto pirata, 88,3% responderam que o preço é mais em conta, 58,6% disseram acreditar que os produtos originais são mais caros devido a impostos elevados; 11%, devido à margem de lucro elevada.



Na bomba. Mudança no regime de cobrança do ICMS reduziu sonegação no diesel e na gasolina, mas ampliou sonegação no etanol, não incluído na nova tributação, diz Kapaz, do Instituto Combustível Legal

FRAUDE SOBE NO ETANOL, APÓS MUDANÇA NO ICMS

Setor atua para incluir combustível no regime de cobrança de gasolina e diesel

No setor de combustíveis, a adoção no ano passado da chamada monofasia do ICMS para gasolina e diesel é vista como um mecanismo que tem permitido reduzir perdas em arrecadação de tributos. O fato de que o etanol não está incluído no novo regime, contudo, fez a so-

negação crescer no produto, segundo Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

— Houve melhora quando decidiu-se tributar o ICMS da cadeia já na petroquímica, o que permitiu maior transparência. O problema é que o etanol não entrou

nessa medida, e os sonegadores seguiram por essa via. O nosso pleito com o Congresso é incluí-lo no regime — argumentou.

BRECHA PARA SONEGADORES

Esse modelo de tributação instituiu a cobrança de uma alíquota única e monofásica

de ICMS para cada combustível, incidindo uma única vez e no início da cadeia. Neste caso, a alíquota passa a ser definida por unidade (por litro, no caso), ao invés de por valor, como era antes.

— Tem levantamento que mostra a queda da sonegação em diesel e gasolina, por conta da monofasia. Mas a sonegação no etanol é mais complicada, aumenta, e os fraudadores, sonegadores percebem isso e se movem rapidamente para essa via — afirmou Kapaz.

A Reforma Tributária prevê a extensão da monofasia a todos os tipos de combustíveis.

Como a aprovação da proposta e sua implementação podem demorar, contudo, o Instituto Combustível Legal e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) trabalham em parceria para implementar o regime de forma antecipada para o etanol, pressionando o Congresso por uma regulamentação independente.

A aprovação da legislação para punir devedores contumazes, disse Kapaz, é vista como importante e “muito aguardada” pelo setor de combustíveis.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra o impacto desses devedores:

o valor de dívida ativa inscrita no ICMS do setor de combustíveis supera R\$ 65 bilhões. O levantamento mostra que, embora os estados costumem ganhar 90% das ações judiciais cobrando o pagamento, eles recebem apenas 1% do valor.

BOMBA ‘BRANCA’ ATRAPALHA

Com mais de 41 mil postos de revenda e milhares de empresas ligadas ao segmento de óleo e gás, as perdas relacionadas a práticas ilegais também são expressivas. Ao todo, a FGV estima que as irregularidades alcancem anualmente R\$ 29,6 bilhões em termos nominais, sendo R\$ 14 bilhões na arrecadação de tributos e R\$ 15,6 bilhões em perdas operacionais (volume físico). Os dados são referentes a 2021, com base nas informações oficiais de arrecadação de impostos do governo federal e das secretarias de Fazenda estaduais.

Outro ponto destacado por Kapaz como possível distorção é a permissão para instalação de bomba de combustível “branca”, abastecida por distribuidores independentes, em postos com bandeira de grandes redes, como Shell e BR.

— A ideia era que isso trouxesse mais competitividade. Mas avisamos à agência (ANP, Agência Nacional do Petróleo) que isso levou a um aumento da adulteração nos combustíveis e, conseqüentemente, na margem de lucro, sem ter mexido na concorrência — ponderou o presidente do Instituto Combustível Legal. — Afinal, o consumidor que quer pagar mais barato vai em um posto sem bandeira, não em um posto com uma bomba “branca”.

Combater a ilegalidade tem sido um árduo desafio não apenas para o Brasil. Países desenvolvidos e emergentes tecem diferentes estratégias para reduzir o peso do mercado ilícito nas suas economias, mas não é uma tarefa fácil. Os níveis de sofisticação e complexidade dos crimes são cada vez maiores num ambiente globalizado e que hoje colhe os efeitos do boom do comércio eletrônico na pandemia. Para especialistas, parte das soluções passa por ações de inteligência integradas entre os países. Em outra frente, o fortalecimento da indústria nacional também é visto como um dos caminhos para desestimular a entrada de produtos estrangeiros irregulares, avaliam especialistas.

No caso brasileiro, que tem países como Paraguai e China como dois grandes parceiros comerciais, um dos principais desafios é coibir a entrada de produtos falsificados e contrabandeados que concorrem diretamente com marcas e empresas já estabelecidas no país.

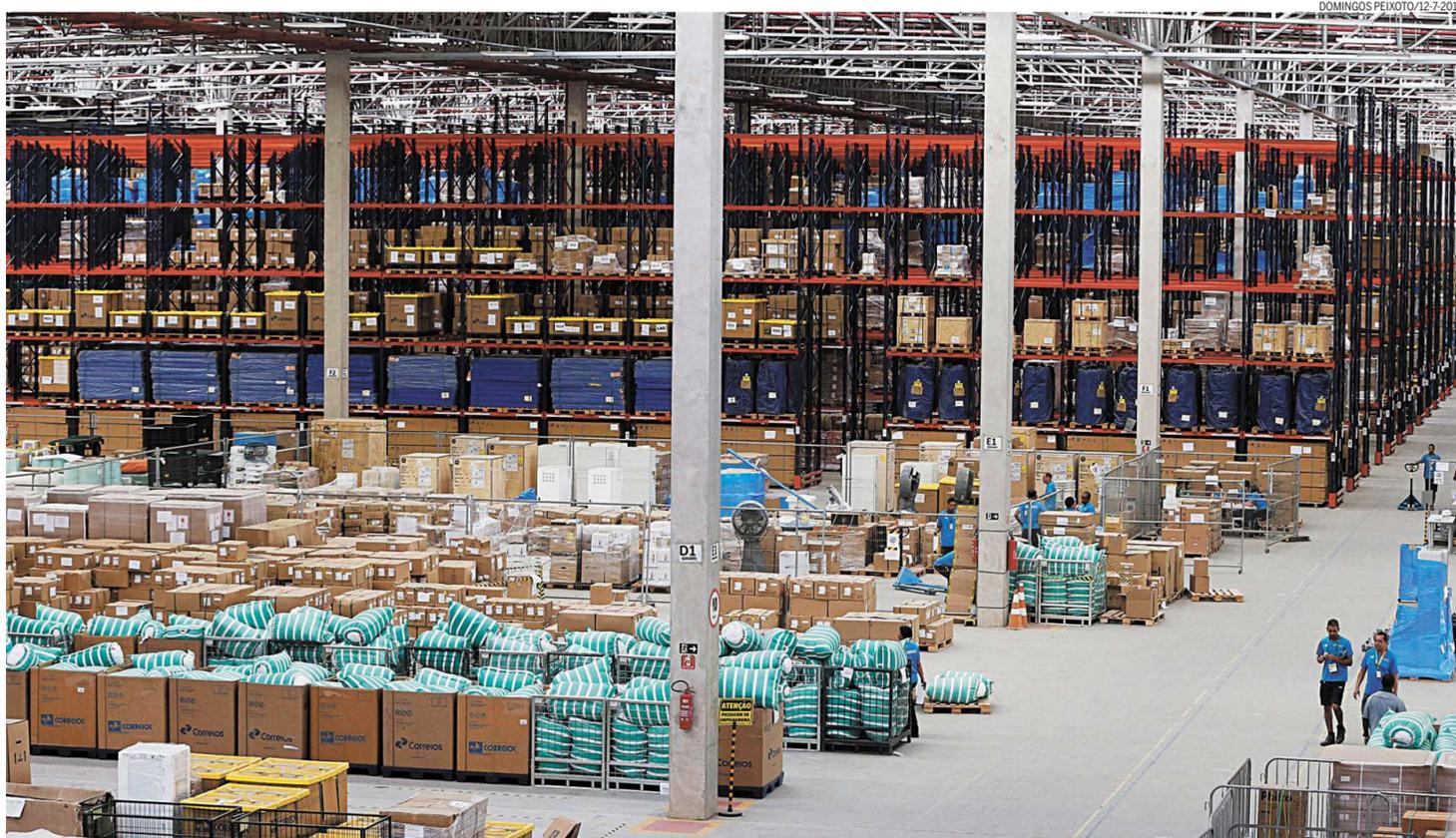
— Tem uma triangulação de produtos vindos de outros mercados para ingressar pelo Paraguai, então atuamos nesse sentido de buscar a cooperação (entre países) e fortalecer o nosso sistema de proteção no território nacional — contou Andrey Corrêa, secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCPI).

RISCO DA INTERNET

O mercado ilegal acompanhou o boom do comércio eletrônico durante a pandemia, lembrou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). É fenômeno que impactou o Brasil em diferentes segmentos, do vestuário ao setor de bebidas, disse ele:

— Há uma outra dimensão, que nós não tínhamos, que é a oferta digital. Essa é uma grande fonte de oferta de produtos ilegais e contrabandeados por empresas multinacionais. Elas defendem o *compliance* (conformidade com a lei), mas aceitam o comércio ilícito feito nas suas plataformas — afirmou Vismona, ao ressaltar a importância da indústria nacional na geração de empregos e citar prejuízos à economia local diante da entrada de produtos importados sem o devido pagamento de impostos.

— Desperdiçamos nosso mercado e atrapalhamos a



Argalo de fronteiras. Com a expansão do comércio eletrônico e a sofisticação de esquemas para ingresso no país de mercadorias ilegais vindas do exterior, o combate à pirataria ganha complexidade

O DESAFIO DE COMBATER O CONTRABANDO TRANSNACIONAL

Monitorar fronteiras, identificar e punir falsificadores internacionais vai exigir esforço integrado de países

cadeia produtiva local — complementou.

As indústrias de cigarro e bebidas também são duramente afetadas pelo comércio ilícito, cujos avanços são combatidos há décadas pelos países. Corrêa, do CNCPI, lembrou que estes são segmentos com forte caráter transnacional, o que dificulta ainda mais o combate ao mercado bilionário do contrabando e da falsificação.

Cada país tem sua realidade, frisou o secretário, mas representantes das nações lançam mão da troca de tecnologias, informações, estratégias e fomentam ações conjuntas para conter o avanço do bilionário mercado de cigarros. Foi o que ocorreu num comitê de observância na ONU, que reuniu em fevereiro as forças



“O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho, nenhum país conseguiu”

Andrey Corrêa, secretário executivo do CNCPI

“As bebidas mais falsificadas são aquelas que, naquela época do ano, estão sendo mais desejadas pelos consumidores”

Cristiane Foja, presidente executiva da Abrabe

de segurança de diferentes países para discutir formas de repressão ao mercado ilegal, contou Corrêa.

Segundo ele, a indústria ilegal de tabaco se tornou um problema global. Parte do problema está no cigarro falsificado ou contrabandeado do Paraguai e que encontra mercados no mundo inteiro. As autoridades europeias enfrentam hoje dificuldade para se antecipar aos criminosos, segundo Corrêa:

— Quando se descobre uma forma desse produto entrar, já estão se criando outras rotas. Se um porto cria controles mais avançados, eles vão para um porto que não tem esses mecanismos. Outros países sofrem com essa situação, no Caribe e na América Latina. É

um problema global.

No Brasil, que faz fronteira com o Paraguai, os desafios são outros. Há cigarros de marcas paraguaias produzidos no Brasil, mas que utilizam força de trabalho do país vizinho em regime análogo à escravidão, destacou Corrêa.

A diferença na tributação é outro estímulo à venda ilegal, disse Vismona, da Etco:

— No Paraguai, eles pagam 13% de tributos. Aqui, eles pagam 70%. Aí está a lógica: eles têm um lucro brutal vendendo cigarros paraguaios no Brasil com rotas variadas, não só da Tríplice Fronteira, mas pelas Guianas, pelo Norte — apontou ele. — Essa é a sofisticação do comércio ilegal: eles vão penetrando e tomando conta do mercado de todas as formas possíveis. Essa é a dimensão do grande desafio que temos que enfrentar.

BEBIDA DA VEZ NO ALVO

No caso do setor de bebidas alcoólicas, a dificuldade de o consumidor atestar a originalidade de um produto se modifica a cada ano que passa. Isso porque, explicou Cristiane Foja, presidente executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), as estratégias sobre quais rótulos serão adulterados, falsificados ou contrabandeados mudam conforme o hábito do consumidor.

— As bebidas mais falsificadas são as mais desejadas nos momentos de celebração. São

aquelas que, naquela época do ano ou mês, estão sendo mais noticiadas ou desejadas pelos consumidores. É quando os forjadores veem oportunidades de lucrar em cima desse desejo.

Cristiane acrescentou:

— A gente vem encontrando cada vez mais espumantes falsificados, o que é difícil até mesmo de vedar, é um processo mais complexo. E por quê? Porque o espumante no Brasil ganhou evidência, caiu no gosto dos brasileiros.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se tem a maior incidência de eventos, são hoje, respectivamente, os estados que trazem maiores números de bebidas falsificadas apreendidas, segundo a Abrabe. Ainda assim, o consumidor não pode se iludir achando que existe apenas uma localidade ou uma categoria de bebida alcoólica mais falsificada que outras.

Para Corrêa, o comércio ilegal de cigarro e bebidas tem forte apelo transnacional, o que exige soluções integradas.

— O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho, assim como nenhum país conseguiu. Por isso temos trabalhado nessa rede — explicou ele. — É um cenário de complexidade altíssima e são redes de criminosos que atuam aqui e atuam lá. Temos que trabalhar conjuntamente.

COMPRA DE ITENS ILEGAIS SALTA COM E-COMMERCE

Entre 2019 e 2023, fatia de produtos falsificados comprados pela internet triplicou

O comércio *on-line* alcançou R\$ 185,7 bilhões em receita em 2023, com base nos 395 milhões de pedidos feitos por 87,8 milhões de pessoas que recorreram a meios digitais para fazer suas compras. Essa cifra corresponde a 9,2% do total registrado pelo varejo, de acordo com Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm). A expectativa é que, neste ano, o *e-commerce* tenha um salto de 10% no faturamento, para R\$

204,3 bilhões, alcançando R\$ 277,8 bilhões em 2028.

Nem todos os produtos que circulam no ambiente digital, porém, são legalizados. No ano passado, 35% dos itens falsificados adquiridos por brasileiros foram comprados pela internet. Em 2019, esse percentual era de 10%, de acordo com dados da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF). O setor mais prejudicado, segundo a entidade, é

o de cigarros, com perdas anuais de R\$ 4 bilhões, decorrentes da comercialização de produtos irregulares.

ISENÇÃO PARA ATÉ US\$ 50

A isenção de cobrança de imposto de importação para compras internacionais de até US\$ 50 por brasileiros em plataformas de *e-commerce* é alvo de crítica. Ontem, a Câmara aprovou proposta de taxa de 20% para compras no exterior até US\$ 50. O texto segue para o Senado.

Para Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), a isenção “abre as portas ao mercado ilegal”.

Hoje, pelo programa Remessa Conforme, compras do exterior feitas em plataformas participantes, são isentas de impostos federais e taxadas só pelo ICMS, com alíquota de 17%, arrecadado pelos estados. O imposto de importação federal, de 60%, incide sobre

remessas acima desse valor.

A entrada de produtos piratas está no radar da Receita Federal. No fim de abril, o Fisco anunciou que vai adotar medidas para impedir a importação de remessas que contenham produtos falsificados, em nova etapa do programa. A ideia é entender quais são os padrões técnicos exigidos pela indústria e aplicá-los às importações. Para isso, a Receita mantém diálogo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a afirmar que po-

deria vetar a retomada da taxa de remessas de até US\$ 50. As atenções se voltaram então para os debates do projeto que propõe a implementação do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), que inclui a retorno da cobrança do imposto de importação sobre as remessas.

Andrey Corrêa, secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCPI), disse que o governo investe na repressão à pirataria:

— A gente acredita em repressão, sobretudo no mercado eletrônico. Não só em plataformas de *e-commerce*, mas em redes sociais, que hoje em dia se tornaram verdadeiros mercados. É preciso conscientizar a população. E identificar os cabos dessas organizações.

CNC assume combate ao comércio ilegal

País contabiliza R\$ 453,5 bilhões em prejuízos com contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude, sonegação de impostos e furto de energia e água

O Brasil enfrenta um problema grave e persistente: o mercado ilícito, que gera perdas colossais. Para se ter uma ideia do estrago econômico, em 2023 o país contabilizou um prejuízo de R\$ 453,5 bilhões com ações ilegais, como contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude fiscal, sonegação de impostos e furto de energia e água.

No centro dessa luta contra o mercado clandestino está a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que promove diversas iniciativas com o apoio de suas federações para combater esses crimes. O empresário José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, pontua que a compra de produtos falsificados gera perdas para toda a sociedade brasileira e provoca menor geração de empregos e queda na arrecadação.

— A compra de um produto falsificado a custo menor pode parecer a curto prazo um ganho para quem o consome, mas o preço real é pago por toda a sociedade: queda na arrecadação de impostos; menor criação de vagas de trabalho; estímulo ao crime organizado; produtos de baixa qualidade que podem gerar acidentes, intoxicações e outros problemas para os consumidores — enumera Tadros.

De acordo com o empresário, a pirataria alimenta o crime organizado e enfraquece as empresas brasileiras, que investem em pesquisa, desenvolvimento e



Vestuário está no topo da lista do mercado ilegal no país



“A pirataria alimenta o crime e enfraquece as empresas brasileiras, que investem em pesquisa, desenvolvimento e geração de empregos”
JOSÉ ROBERTO TADROS
Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

geração de empregos. O Brasil, defende ele, “precisa de uma cultura de valorização da propriedade intelectual e da criatividade, e combater a pirataria

é um passo importante para construir um país mais próspero e justo”.

— São diversos os problemas que o mercado ilícito e a pirataria trazem, sendo o principal deles a criação de um ciclo vicioso que inclui desordem urbana, aumento da informalidade no mercado de trabalho e agravamento da insegurança pública — acrescenta Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio-RJ e vice-presidente Administrativo da CNC.

André Roncatto, representante da CNC no Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) e coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e

Serviços Ópticos da CNC, resalta também os problemas de saúde que produtos de origem clandestina podem causar, como os óculos de proteção solar piratas, que não filtram a radiação UV, nociva ao olho humano.

O dirigente ainda cita os perigos da utilização de peças de automóveis de origem clandestina, que não obedecem a padrões de qualidade e podem causar acidentes de trânsito fatais.

Roncatto resalta que o mercado ilegal é uma megaestrutura que movimentava volumes financeiros enormes.

— Precisamos reconhecer que temos um inimigo robusto e organizado e que está com um percentual muito grande de aceitação. É necessário



“É necessário trabalhar com educação e conscientizar as pessoas de que, ao comprarem produtos piratas, elas estão financiando o crime”
ANDRÉ RONCATTO
Representante da CNC no CNCP

trabalhar com educação e conscientizar pessoas de todas as idades de que, ao comprarem produtos piratas, estão financiando o crime — defende ele.

Prejuízos do Brasil com o mercado ilegal
Estimativa de perdas de 15 setores produtivos em 2023

	Vestuário R\$ 84 bilhões
	Bebidas alcoólicas R\$ 72,2 bilhões
	Combustíveis R\$ 30 bilhões
	Material esportivo R\$ 22,2 bilhões
	Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos R\$ 21 bilhões
	Defensivos agrícolas R\$ 14,5 bilhões
	Ouro R\$ 12,75 bilhões
	TV por assinatura R\$ 2,1 bilhões
	Óculos R\$ 10 bilhões
	Cigarros R\$ 9,8 bilhões
	Celulares R\$ 6,9 bilhões
	Audiovisual (filmes) R\$ 4 bilhões
	PCs R\$ 1,2 bilhão
	Perfumes importados R\$ 1 bilhão
	Brinquedos R\$ 600 milhões

Total de perdas setoriais:
R\$ 302,2 bilhões
Perda estimada com sonegação (46%):
R\$ 139 bilhões
O mercado ilegal representa 4,2% do PIB

Fonte: Fórum Nacional contra a pirataria e a ilegalidade

Estado do Rio enfrenta ilegalidade

Produtos piratas movimentam R\$ 238 milhões por ano no comércio fluminense

O comércio fluminense sofre as duras consequências do mercado ilícito. De acordo com pesquisa do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ), a compra e a venda de produtos piratas movimentam R\$ 238,34 milhões por ano no Rio. O gasto médio anual por

consumidor seria de R\$ 248. O levantamento revela ainda que, segundo sondagem realizada em novembro de 2023, 27,1% dos entrevistados disseram que compraram produtos piratas nos últimos 12 meses, enquanto 5,7% afirmaram não ter certeza.

Ainda de acordo com a pesquisa, 54,8% dos consumidores já compraram mercadorias ilegais nos últimos

12 meses ou alguma vez na vida. Os eletrônicos são os itens preferidos por 36,9% deles. Em seguida, aparecem roupas (25,1%), calçados, tênis ou bolsas (18,7%), óculos (5,2%) e relógios (4,8%).

— A pirataria cria um ciclo vicioso que inclui desordem urbana, aumento da informalidade no mercado de trabalho e agravamento da insegurança pública

— afirma Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio-RJ e vice-presidente Administrativo da CNC.

A Federação recebeu em janeiro o Prêmio Nacional de Combate à Pirataria pelo CNCP do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Fecomércio-RJ criou o Conselho de Combate ao Mercado Ilegal para tratar o tema e entre as frentes

de atuação da instituição valorizadas pelo CNCP está a parceria com o Disque Denúncia, em uma campanha para conscientizar a população sobre as consequências e riscos de estimular e financiar a pirataria. Outra iniciativa de destaque é o apoio a órgãos públicos, entidades de classe e empresas na luta contra a ilegalidade, por meio de sondagens do IFec RJ.



“A pirataria cria um ciclo vicioso que inclui desordem urbana, aumento da informalidade no mercado de trabalho e agravamento da insegurança pública”
ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR
Presidente da Fecomércio-RJ

Fraudes afetam setor de combustíveis

Aprovação de leis mais rigorosas pode ajudar no combate ao mercado irregular

O mercado irregular traz grande desequilíbrio para o setor de combustíveis, pois estimula a concorrência desleal, como destaca o presidente da Fecomercostíveis, James Thorp Neto.

— Temos uma série de irregularidades, entre elas, fraudes fiscais, bombas fraudadas e combustíveis adulterados. No ano passado, enfrentamos um

aumento de fraudes com metanol nos combustíveis, uma substância altamente nociva ao ser humano. Atualmente temos visto o teor de biodiesel abaixo do percentual da mistura de 14% no diesel — pontua ele.

Para combater esse mercado ilícito, Thorp defende ações de fiscalização da ANP, da polícia, dos Procons, do Ministério Público, dos Ipems e de

todos os órgãos que regulam o setor e defendem os direitos do consumidor.

— Também podemos contar com a aprovação de novas leis para aumentar o rigor das penalidades sobre as atividades ilícitas. Um bom exemplo é o projeto de lei do devedor contumaz, que é a empresa criada em nome de laranjas e que tem a finalidade de sobreviver com o não pagamento de

impostos. Essas empresas também se aproveitam da morosidade da Justiça — exemplifica o presidente da Fecomercostíveis.

Nesse sentido, o empresário defende que o governo pode contribuir com a aprovação de leis que tenham penalidades rígidas para punir os agentes irregulares. Além disso, defende o presidente da Fecomercostíveis, deve-se

evitar conceder benefícios tributários para determinados tipos de produtos importados, que podem ser usados para adulterar combustíveis.

Em relação ao consumidor, recomenda-se que ele desconfie quando o produto estiver muito barato. Caso isso ocorra, a ANP pode ser acionada para tirar dúvidas ou receber denúncias pelo telefone 0800-970-0267.



“Deve-se evitar conceder benefícios tributários para determinados tipos de produtos importados, que podem ser usados para adulterar combustíveis”
JAMES THORP NETO
Presidente da Fecomercostíveis